

As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira

Luiz Carlos Villalta

“Tenhamos por máxima, pois, que, quando se trata do bem público, este não consistirá nunca em se privar um particular do seu bem, ou mesmo em lhe retirar uma parte, por mínima que seja, por uma lei ou regulamento político. Nesse caso, dever-se-á seguir rigorosamente a lei civil, que é a salvaguarda da propriedade” (Montesquieu, *Do Espírito das Leis*, p. 500).

A relação entre a sociedade política e a propriedade esteve subjacente às discussões protagonizadas pelos Inconfidentes de Minas Gerais. Outros aspectos importantes nos debates foram os modos pelos quais se poderia fazer uma rebelião e os fundamentos básicos da nova ordem a ser instituída com sua vitória. Quais seriam as origens intelectuais e políticas das abordagens que os Inconfidentes fizeram a respeito desses aspectos? Ou seja, quais livros e quais experiências políticas constituíram as suas fontes de inspiração? São essas as questões que serão examinadas neste texto.

As ‘Cartas Chilenas’: Neoescolástica, Luzes e preceitos retóricos

As *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, que circularam em manuscrito em 1785, antecipam alguns princípios defendidos pelos conjurados. Embora não possam ser tomadas como pura expressão dos ideais da Inconfidência Mineira de 1788-9, evento posterior, é inegável que têm certa proximidade com eles. Elas se inscrevem numa tradição discursiva de insultar e criticar autoridades por meio de manuscritos anônimos, então chamados pasquins, que, como vimos no texto sobre as Inconfidências anteriores a 1788-9, tiveram até mesmo D. José I e Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, como vítimas. Na França da segunda metade do século XVIII, escritos de caráter

semelhante, os libelos, mas que tinham a peculiaridade de serem impressos, exerceram um papel importante na corrosão da legitimidade do Antigo Regime¹. Portanto, pode-se associar as *Cartas Chilenas* tanto aos pasquins coloniais quanto aos libelos franceses, destes se distinguindo por serem manuscritas. Escritas em versos decassílabos brancos, elas têm como alvo Luís da Cunha Menezes, o governador da capitania de Minas Gerais entre 1783 e 1788.

À época, a produção de textos estava sujeita aos preceitos retóricos, encontrados em várias obras, e, dentre os gêneros discursivos definidos pela Retórica, encontrava-se o epidítico (ou exortativo²), que poderia assumir a forma de louvor (elogio) ou vitupério (crítica). As chamadas preceptivas, livros que traziam as regras e preceitos da Retórica a serem obedecidos na escrita de textos, definiam detalhadamente os elementos a eleger e os procedimentos a adotar para o fim de louvar ou vituperar alguém. Tais elementos, norteando a escritura, definiam um certo enquadramento da pessoa (ou situação) que era motivo de elogio ou ataque, isto é, a pessoa era representada menos como era e mais como *deveria ser*, em consonância com as regras da retórica. Na educação jesuítica, o uso dessas preceptivas era freqüente, e Gonzaga certamente estava familiarizado com elas, do que se deduz que deve tê-las seguido ao compor as *Cartas Chilenas*, valendo o mesmo para Cláudio Manuel da Costa, a quem se atribui a autoria de algumas das cartas. Aqui, tais preceptivas serão consideradas na análise das *Cartas Chilenas*, o ainda que de modo bastante superficial.

As *Cartas Chilenas*, como o próprio título sugere, têm por cenário o Chile e sua capital Santiago, domínio colonial espanhol, e, por alvo, Fanfarrão Minésio, o governador.

¹ DARNTON, 1998, p. 253 e 261-262.

² Delicioso jardim da rhetorica..., 1750, s.p.

Na verdade, sob tais denominações ocultam-se, respectivamente, Minas Gerais e seu governador Luís da Cunha Menezes, personagem que era antagonista do autor, Tomás Antônio Gonzaga, e outros membros das elites políticas e socioeconômicas de Minas Gerais. Gonzaga, por meio das *Cartas*, vitupera o governador. Para satirizá-lo e denunciar os seus desmandos, caracteriza Fanfarrão Minésio como um tirano e, ao mesmo tempo, desenha as linhas gerais do bom governo. Assim, enquanto o governo de Fanfarrão funda-se no uso do temor, o “bom monarca honra o vassalo”³; enquanto Fanfarrão não bota sequer “abaixo um livro”, “da sua sempre virgem livraria”⁴, sabendo apenas “ler redonda letra”⁵ e sendo incapaz de acompanhar as discussões acadêmicas, “quem rege os povos” “deve ler, de contínuo, os doutos livros”⁶; enquanto o governador não pune os insultos de seus soldados, os bons “chefes descobriram [que] para terem os corpos [militares] em sossego” deviam repartir, “com mão reta”, “os prêmios e os castigos”⁷; enquanto o capitão-general de Chile só cuida das milícias, um “reino bem regido”, pelo contrário, “tem de tudo, tem milícia, lavoura, e tem comércio”⁸. Ao governador, ainda, são atribuídas várias atitudes reprováveis: a violação das leis, sob as mais variadas formas; a cobrança dos impostos não levando em conta a capacidade de pagamento dos governados, bem como as desigualdades havidas entre esses; a desconsideração das formas diferenciadas de tratamento hierárquico; a prática de injustiças; o desperdício de dinheiro público em festas ou o seu uso para pagar dívidas pessoais; a aplicação das leis desconsiderando as distinções estabelecidas nas mesmas entre os diferentes membros do corpo social⁹. Por isso tudo, Critilo dirige-se a

³ GONZAGA, 1996, p. 792.

⁴ GONZAGA, 1996, p. 811.

⁵ GONZAGA, 1996, p. 848.

⁶ GONZAGA, 1996, p. 825.

⁷ GONZAGA, 1996, p. 860.

⁸ GONZAGA, 1996, p. 865.

⁹ GONZAGA, 1996, p. 822, 831, 833, 854-856, 868 e 873.

Fanfarrão classificando-o como “tirano”. Toma-o como um castigo divino pelas matanças de gentios realizadas anteriormente pelos europeus na América¹⁰ e compara-o a Maomé: o governador tirano, como Mafoma, seguia a máxima de fingir zelo pela religião¹¹.

Essas imagens do bom governo e da tirania constituídas pelo poeta de Vila Rica possuem convergências com as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica, com as Luzes e com as preceptivas retóricas. A Segunda Escolástica foi um sistema teológico-filosófico constituído no início da Idade Moderna, em torno da revitalização da escolástica medieval, e que envolvia a releitura das idéias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino. Segundo as teorias corporativas, o poder, embora fosse oriundo de Deus, não transitava diretamente deste para o Rei, passando, ao contrário, pela mediação da comunidade, cujo bem estar deveria ser objeto de cuidado do soberano, o qual, caso se tornasse um tirano, poderia ser deposto. Em relação a isso, saliente-se, os teóricos eram bastante cautelosos e descreviam os modos apropriados de fazê-lo¹². Princípios caros à Segunda Escolástica aparecem nas *Cartas Chilenas*. O governante não pode tudo; deve respeitar as leis, as diferenças de direito e as hierarquias havidas no interior dessa sociedade, a capacidade dos povos de pagar os tributos; necessita procurar a felicidade do Reino e repartir com justiça prêmios e castigos. Inversamente, é tirano o governante que age de forma oposta a esses princípios.

Todas essas idéias são defendidas também por aqueles que a tomaram a Segunda Escolástica como ponto de partida para interpretarem fatos, de que é exemplo o padre Antônio Vieira, ilustre orador luso-brasileiro que em seus escritos ecoava tópicos como: a

¹⁰ GONZAGA, 1996, p. 845 e 876-877.

¹¹ GONZAGA, 1996, p. 896.

¹² SKINNER, 1996, p. 417 e 450-454; MORSE, 1995, p. 28-29, 64, 72 e 92-93; TORGAL, 1981, vol. 1, p. 110 e 245; XAVIER, 1998; MACEDO, 1981, p. 76-77, e HOLANDA, 1991, p. 447-448.

concordia das gentes e ordens do reino; a suavidade e proporcionalidade dos impostos (contrastante com os excessos tributários cometidos na América); a honestidade e a proficiência dos ministros; a exemplaridade dos atos do governo; a distribuição justa dos prêmios e castigos¹³. Mafoma, isto é, Maomé, citado nas *Cartas*, aquele a quem Fanfarrão é equiparado, ademais, era o grande adversário da cristandade, o que nos permite supor que, sob o prisma neoescolástico, constituía a negação dos fundamentos ético-religiosos que deveriam reger a ação monárquica. Nas *Cartas*, Gonzaga aproxima-se das idéias escolásticas também ao classificar como tirânico um correlato da colonização: a matança do gentio, condenada por Francisco de Vitória, segundo o qual os europeus não teriam o direito de guerrear com os índios e de despojá-los de seus bens sob a alegação de que se recusavam a aceitar a fé cristã¹⁴.

As idéias presentes nas *Cartas Chilenas* também convergem com princípios das Luzes, com destaque para as concepções de Montesquieu, em *Do Espírito das Leis* (1748), a respeito da monarquia e do despotismo. Nessa obra, o autor primeiramente distingue três espécies de governo: o monárquico, em que um só governa, de acordo com leis fixas estabelecidas; o republicano, em que o povo, “como um só corpo, ou somente parcela do povo, exerce o poder soberano”; e, por fim, o despótico, em que um só indivíduo governa, sem obedecer a leis e regras, “submete tudo à sua vontade e caprichos”¹⁵. As leis, numa monarquia, parecem associar-se, para Montesquieu, à felicidade, sendo seu oposto à situação dos príncipes despóticos, que nada possuiriam para regular “o coração de seus povos, e tampouco do seu”¹⁶, sendo o juiz a própria regra¹⁷. Partindo dessa tipologia, vê-se,

¹³ PÉCORA, 1995, p. XI-XII e VIEIRA, 1938, p. 131-157.

¹⁴ SKINNER, 1996, p. 445-6.

¹⁵ MONTESQUIEU, 2004, p. 23.

¹⁶ MONTESQUIEU, 2004, p. 71.

¹⁷ MONTESQUIEU, 2004, p. 92.

na caracterização que Gonzaga faz de Fanfarrão, um vínculo claro com o despotismo: a ausência de respeito às leis. Na monarquia e na república, segundo Montesquieu, honra e virtude ocupariam um papel diferenciado, embora se fizessem presentes em ambas. A honra – entendida como o preconceito de cada pessoa e de cada condição, o que exigia preferências e distinções e que serviria de inspiração para as mais belas ações¹⁸ – seria a mola da monarquia. A virtude, concebida, não segundo parâmetros morais ou cristãos, mas como amor à pátria, à igualdade, às leis do país, tendo uma conotação estritamente política, constituiria a mola da república. No despotismo, seria preciso existir o temor¹⁹. Ora, segundo as *Cartas Chilenas*, Fanfarrão não respeita a honra (nos termos de Montesquieu) dos vassalos, assim como fundamenta seu poder no temor e não nas leis. Entre a caracterização de Fanfarrão e o déspota, conforme o descreve Montesquieu, talvez haja ainda mais uma similitude. Para Montesquieu, o déspota teria tantos defeitos que seria temerário expor “publicamente sua estupidez natural”²⁰: Fanfarrão, significativamente, possui inúmeros defeitos e é um estúpido. Todavia, exibe-se publicamente.

Tema importante para verificar a convergência entre Gonzaga e Montesquieu é o da liberdade. Para o grande ilustrado francês, a liberdade resumir-se-ia ao “direito de fazer tudo aquilo que as leis facultam”, do que se deduz que lei e liberdade caminham juntas, sendo a ausência de uma a negação da outra²¹. Na verdade, o autor manifesta repulsa pelo despotismo, que reinaria geralmente nos climas quentes, em grandes Estados²², afirmando que a “natureza humana dever-se-ia revoltar incessantemente contra o governo

¹⁸ MONTESQUIEU, 2004, p. 39.

¹⁹ MONTESQUIEU, 2004, p. 41.

²⁰ MONTESQUIEU, 2004, p. 72.

²¹ MONTESQUIEU, 2004, p. 164.

²² MONTESQUIEU, 2004, p. 138.

despótico”²³; sob o despotismo, completa, os homens seriam iguais, porque não seriam nada²⁴. Ora, Critilo converge com esses princípios, pois faz a defesa da lei e, inversamente, o combate à tirania. Na monarquia, voltando a Montesquieu, o poder do clero seria conveniente, em especial nas que tendem ao despotismo, sendo exemplos disso Portugal e Espanha, onde, “desde a perda de suas leis”, sem esse poder, não haveria freio ao poder arbitrário dos monarcas²⁵. Montesquieu, ainda, toma a colonização espanhola como “um dos maiores ferimentos que até hoje atingiu o gênero humano”, por suas devastações²⁶: na verdade, a Espanha, para conservar suas posses americanas, teria ido mais longe do que o despotismo, na medida em que destruíra os próprios habitantes, o que aquele não faria²⁷. A Espanha foi objeto de críticas ferozes de Montesquieu – assim como de outros escritores ilustrados, tais como, por exemplo, Voltaire, em seu *Cândido ou o otimismo* (1759), e o Marquês d’Argens, no romance *Le Legislateur moderne ou les mémoires du Chevalier de Meilcourt* (1739). Justamente em relação a essas últimas idéias há também afinidades de Gonzaga com Montesquieu: de um lado, a condenação, direta ou indireta, à colonização-administração espanhola e à Espanha e, de outro, a defesa dos privilégios do clero. Sobre o endosso dos privilégios do clero, tem-se a defesa, feita nas *Cartas*, das regras de precedência, burladas por Fanfarrão em relação ao velho Bispo, uma vez que ele se sentou numa sege antes e à direita do último²⁸. Sobre a censura ao domínio colonial espanhol, basta lembrar que as *Cartas* têm como cenário o Chile, uma possessão da Espanha e que mostram que neste domínio colonial deu-se o morticínio dos indígenas; Critilo, ademais, evoca Dom Quixote, personagem de Miguel de Cervantes (motivo de elogios de

²³ MONTESQUIEU, 2004, p. 76.

²⁴ MONTESQUIEU, 2004, p. 88.

²⁵ MONTESQUIEU, 2004, p. 31.

²⁶ MONTESQUIEU, 2004, p. 50.

²⁷ MONTESQUIEU, 2004, p. 50 e 137.

²⁸ GONZAGA, 1996, p. 833.

Montesquieu nas *Cartas Persas*²⁹), para pintar Fanfarrão como um doido (e como tirano), embora de fins diversos que o Fidalgo de La Mancha, pois objetivava sustentar “velhacos” e não punir adequadamente os que desobedecem à lei³⁰.

A caracterização de Fanfarrão como um tirano-déspota perfeito, portanto, poderia ser indício de que Gonzaga aderira à repulsa à tirania manifestada pelos Neoescolásticos e/ou ao antidespotismo de vários iluministas, destacando-se, dentre eles, o próprio Montesquieu, Rousseau e o padre Raynal. Expressaria também uma afinidade com um pensador anterior às Luzes e delas visto como precursor e referência importante: Locke. Gonzaga, na melhor das hipóteses, leu-o pelas referências ao seu pensamento contidas nos livros de Raynal. Para esse (assim como para Rousseau, frise-se) e para Locke, o poder não deveria ser despótico e teria como base o consentimento³¹. Contudo, a posição de Gonzaga é ambígua: aborda o problema da tirania-despotismo, mas rejeita a insurgência como possibilidade legítima, em função da “heróica virtude” e passa ao longe da idéia de consentimento. Equipara Fanfarrão a Calígula e Chile a Roma, concluindo ser pior a sorte do Chile, pois se a Cidade Eterna teve que aceitar um cavalo-senador, Chile foi obrigado a submeter-se a um chefe que de homem só tinha “figura”; enquanto aquela podia acautelar-se para não levar um coice, no Chile se teria que obedecer ao chefe de “injusta espada”, o que seria um castigo pela morte dos gentios. Esta posição o aproxima daquela defendida por Diderot, na *Enciclopédia* (1751): para o último, “a coroa, o governo, a autoridade pública são bens” de propriedade da nação, sendo os “príncipes” só seus “usufrutuários”, e os “ministros”, “depositários”; a nação tem o direito de romper o contrato, mas “só nos

²⁹ MONTESQUIEU, 1960, p. 151-2.

³⁰ GONZAGA, 1996, p. 807.

³¹ LOCKE, 2002, p. 148; RAYNAL, 1993, p. 75-76; ROUSSEAU, 1988, p. 83-84. Sobre o assunto, veja: CASSIRER, 1993, p. 292-294; NOVAIS, 1981, p. 147; LEITE, 1991, p. 20; e ROUANET, 1992, p. 336.

resta, contra os reis ambiciosos, injustos e violentos, o partido da submissão”³². Gonzaga, ademais, distancia-se de Raynal e Locke quanto à necessidade do exercício do poder (e não apenas a ascensão ao mesmo) basear-se no consentimento dos governados.

Nas *Cartas Chilenas*, por fim, talvez encontremos uma caracterização do tirano e do governo ideal em consonância com os preceitos retóricos. Embora esta investigação ainda esteja por fazer, pode-se arriscar algumas hipóteses em relação à escolha de um espaço colonial espanhol para situar as personagens e os eventos mineiros, bem como para a caracterização feita por Gonzaga de Fanfarrão Minésio como um tirano. Segundo *La Poetique* (1689), de Ivles de Mesnardiere, nos escritos poéticos, os tiranos devem ser representados como cruéis, mentirosos, perversos, avaros, desconfiados, hostis aos virtuosos; ao mesmo tempo, uma das características por ele prescritas para o tipo espanhol é a tirania³³. Logo, as *Cartas Chilenas* não parecem estar muito distantes da preceptiva retórica em questão. Como as preceptivas acompanhavam em maior ou menor compasso as teorias políticas coevas à sua produção e, à época da formação universitária de Gonzaga, dada quando os jesuítas controlavam a educação no mundo lusitano, elas certamente seguiam as teorias corporativas de poder, não é de estranhar esta convergência. Para assegurá-lo, no entanto, é preciso uma investigação mais profunda.

Gonzaga, em resumo, nas *Cartas Chilenas*, parece seguir os preceitos retóricos no que se refere à composição da figura do tirano e ser tributário das teorias corporativas de poder, dos seus ideais de bom governo, irmanando-se a idéias propugnadas pelo padre Antônio Vieira. Converge com as críticas ao despotismo, feitas por ilustrados como Montesquieu e Raynal e, neste aspecto, mostra-se afinado também com Locke e com

³² Apud. VENTURI, 2003, p. 148-149.

³³ MESNARDIERE, 1639, p. 120-122.

Rousseau, que certamente não leu. Ecoa a lenda negra contra a colonização espanhola, que vem de um neoescolástico como Vitória, é encontrada numa preceptiva retórica e reiterada pelos ilustrados: situa na América hispânica, mais precisamente no Chile, a narrativa dos feitos tirânicos de Fanfarrão, passados na realidade em Minas e submetidos ao filtro dos preceitos retóricos. Todavia, Gonzaga nega-se a abraçar o direito dos povos de resistir à tirania, defendido pelos escolásticos, por ilustrados (sendo Diderot uma das exceções) e por Locke, e não lida com a idéia de consentimento. Ao mesmo tempo, aplica as teorias corporativas de poder à situação colonial. O público a quem as *Cartas* se dirigiam certamente conhecia as preceptivas retóricas, as concepções corporativas de poder e também os escritos de alguns dos filósofos Ilustrados. Por conhecer os dois últimos elementos, estaria capacitado a deduzir, da situação de tirania-despotismo, o direito à resistência, sem necessidade de que o autor as explicitasse. Gonzaga, bom escolástico que era, aliás, afirmava que inteligências medianas eram capazes de saber “das premissas tirar as conseqüências”. Em todo caso, a conclusão mais segura é que Gonzaga, nas *Cartas Chilenas*, foi um crítico contumaz e declarado da tirania, mas ambíguo no que se referia ao direito de insurgência³⁴.

Proposições sediciosas, Neoescolástica e Luzes

As origens culturais e políticas propriamente da Inconfidência são mais complexas. As idéias das Luzes fizeram-se presentes, sobretudo as encontradas na *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux*

³⁴ GONZAGA, 1996, p. 852.

Indes, do padre Raynal³⁵, várias vezes mencionada e elogiada pelos Inconfidentes. Fonte de inspiração presumível, mas não referida explicitamente pelos conjurados, é *Do Espírito das Leis*, de Montesquieu, na qual, como se mostrou, há toda uma discussão sobre as espécies de governo, bem como críticas ácidas ao despotismo e à colonização espanhola³⁶. Nela, encontram-se uma defesa da propriedade (afirma-se que o bem público não pode implicar a privação da propriedade por uma lei política, devendo seguir, nesta matéria, a lei civil, salvaguarda da propriedade)³⁷ e também críticas ao monopólio comercial³⁸, à escravidão (não sem certa complacência³⁹) e à Inquisição (com menção explícita a Portugal⁴⁰). O *Segundo Tratado sobre o Governo* (1690), de John Locke, predecessor das Luzes, certamente uma obra não lida pelos conjurados, apresenta afinidades com os princípios defendidos pelos mesmos⁴¹. Das Luzes, os Inconfidentes apropriaram-se de princípios como o anti-despotismo, o direito dos povos à rebelião, a necessidade do governo assentar-se no consentimento (o que se traduz na ação sediciosa e nas propostas de ordem futura feitas pelos Inconfidentes), ou, ao menos, de ter como limites as leis e o respeito ao bem comum (idéias presentes também na obra de Locke), a defesa do direito de propriedade (este princípio, visível na obra de Montesquieu e não compartilhado por todos os ilustrados, é perceptível nas entrelinhas dos discursos e na ação sediciosa dos conjurados), mais as críticas pontuais ao exclusivo colonial e ao peso dos tributos. Os Inconfidentes, ademais, apropriaram-se das tradições histórico-culturais ibero-americanas. Nesse campo, coube destaque para a Segunda Escolástica e suas teorias corporativas de poder, bem como

³⁵ RAYNAL, 1820, vol. 5, p. 74-75.

³⁶ Esta última é claramente qualificada como despotismo (MONTESQUIEU, 2004, p. 137, 152 e 251).

³⁷ MONTESQUIEU, 2004, p. 500.

³⁸ MONTESQUIEU, 2004, p. 344-5 e p. 505 (dentre outras).

³⁹ MONTESQUIEU, 2004, p. 249-254 e 429.

⁴⁰ MONTESQUIEU, 2004, p. 483 e 492.

⁴¹ LOCKE, 2002.

algumas idéias do padre Antônio Vieira, que teve um sermão claramente reproduzido, com alterações, por Tiradentes⁴². Nota-se também que os Inconfidentes, de modo evidente e inquestionável o Cônego Luís Vieira da Silva, apropriaram-se de livros de história da Restauração Portuguesa de 1640. Por fim, como elemento ornamental nos discursos, houve a incorporação de um verso de Virgílio, poeta da Antigüidade clássica. A seguir, serão evidenciadas essas influências ou, melhor dizendo, *essas apropriações*.

A idéia de liberdade propugnada pelos conjurados expressa possivelmente algumas dessas apropriações. Ela foi formulada como resposta à política imperial portuguesa de então, sob Dona Maria I. Com ascensão da rainha em 1777, houve uma inflexão: verificou-se um certo distanciamento em relação à perspectiva imperial pombalina, em razão do que a ação governamental tornou-se prisioneira dos interesses e preconceitos da metrópole e afastou membros das elites coloniais de postos de mando, política esta executada em Minas pelos governadores Luís da Cunha Menezes (1783-1788) e Visconde de Barbacena (1788-1797), os quais trouxeram de Lisboa duras determinações fiscais e de cunho administrativo⁴³. Nesse contexto, Tiradentes empregou uma metáfora para explicar a situação em que se encontravam e que constituía, aos seus olhos, o avesso da liberdade: ele dizia que a conspiração não era um levante, mas uma restauração, na medida em “que fazem de nós negros”⁴⁴. Logo, ser escravo era a metáfora da ausência de liberdade, do que se deduz que não ser livre equivaleria a ser propriedade de outrem, estando sob seu domínio e não podendo decidir sobre o próprio destino.

Das afirmações encontradas na documentação, com efeito, depreende-se que a liberdade para os Inconfidentes imbricava a economia e a política, confundindo-se com a

⁴² VIEIRA, 1938, p. 156-158.

⁴³ MAXWELL, 1985, p. 98 e 119-120.

⁴⁴ ADIM, 1980, vol. 1, p. 229.

ânsia pela manutenção e ampliação da riqueza e a contestação da ordem política instituída que a ameaçava, trazendo, de modo subjacente, uma defesa das propriedades dos conjurados e a ambição de participar de modo mais efetivo do governo político. Em outras palavras, os Inconfidentes, objetivavam salvaguardar as possibilidades de enriquecimento pessoal e coletivo, as propriedades e negócios que o viabilizavam –em risco, pelas medidas da Coroa –, pelo monopólio comercial metropolitano e pelo afastamento dos Inconfidentes de postos de mando e de oportunidades de lucro lícito e ilícito (com destaque, para o controle do contrabando de pedras e ouro, chefiado pelo padre Rolim e que envolvia vários conjurados)⁴⁵. Todos esses limites faziam das ricas Minas Gerais, no entendimento dos Inconfidentes, sintetizado pelo Tiradentes, uma terra pobre: a riqueza era drenada para o Reino, era “chupada”. Essas idéias complementavam-se e retro-alimentavam-se com a defesa da capacidade de governar dos *mazombos* e, por fim, com o anúncio de um movimento político pelo qual a terra seria posta em liberdade, sendo essa conquista associada à decretação da derrama, medida que demarcava um arrocho tributário, o que, conforme os conjurados disseram várias vezes, acirraria os ânimos das gentes, colocando-as ao lado de uma sedição. A liberdade surgia, portanto, de uma análise e uma compreensão que transitavam do econômico para o político, do privado para o público e vice-versa: confundia-se com uma ruptura política que teria como estopim um arrocho tributário; ruptura esta que claramente anuncia o fim da pobreza, a realização de um potencial de riqueza, a “felicidade”⁴⁶. Do ponto de vista econômico, primeiramente, significava a liberdade de comércio, a livre-extração dos diamantes, a destinação dos dízimos aos vigários. Do ponto de vista político, implicava o fim da tirania representada pelas medidas

⁴⁵ MAXWELL, 1985, p. 125.

⁴⁶ ADIM, 1980, vol 5, p. 181.

tomadas pelo governo da Capitania, algo que se podia conquistar por caminhos diferentes: ao que parece, prevaleceu a idéia de instalar uma **república** (cujo sentido será discutido adiante) em Minas Gerais, mas alguns Inconfidentes sonharam com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e, pode-se ainda conjecturar, outros aceitariam algum arranjo com o governo metropolitano⁴⁷.

Essa concepção de liberdade expressa surpreendentes proximidades com várias idéias de Locke: sobre a propriedade, entendida como o poder dos homens sobre suas próprias pessoas e sobre seus bens materiais⁴⁸; sobre os indivíduos em sociedade, compreendendo-se que esta tem como razão de sua instituição a preservação da propriedade dos primeiros, os quais elegem os membros do poder legislativo com fito de promulgar leis para garantir as mesmas propriedades e têm apenas neste legislativo instituído por seu consentimento um limite para a sua vontade⁴⁹; e, por fim, sobre o governo, que em nenhum caso poderia “exigir obediência a um povo que não a consentiu livremente”, sendo legítimo rebelar-se, “livrar-se de um poder imposto pela força e não o instalado pelo direito”; a rebelião, na verdade, seria aprovada e permitida por Deus⁵⁰. Nenhum homem ou sociedade, ademais, teria o direito de renunciar à própria conservação, ameaçada quando se viam atingidas a liberdade e a propriedade, uma “situação de escravidão”⁵¹.

Sobre Locke, insista-se, não há indicação de leitura direta pelos Inconfidentes, mesmo porque não pareciam dominar a língua inglesa, com exceção talvez do cônego Vieira da Silva, que possuía livros ingleses, e José Álvares Maciel (o filho), que passou algum tempo na Inglaterra. Contudo, os conjurados mineiros, ao defenderem uma idéia de

⁴⁷ VILLALTA, 2002.

⁴⁸ LOCKE, 2002, p. 123.

⁴⁹ LOCKE, 2002, p. 35 e 148.

⁵⁰ LOCKE, 2002, p. 132 e 134.

⁵¹ LOCKE, 2002, p. 109.

liberdade que imbricava o político e o econômico, a manutenção e ampliação da riqueza (em risco pelas ameaças que pairavam sobre as propriedades de muitos deles), a participação no governo (que teria nos *parlamentos* o seu eixo) e o direito à rebelião (em oposição à pobreza, à ameaça à propriedade, à opressão fiscal e comercial, à exclusão política, cujas origens encontravam-se no governo da capitania e, em última instância, na subordinação a Lisboa), revelavam uma compreensão relativamente próxima daquela manifestada por Locke sobre a liberdade, a propriedade, o governo e o direito à rebelião: a garantia de propriedade e da liberdade, enfim, seria o princípio básico da sociedade política e o legislativo o seu pilar, equivalendo a ausência de liberdade à condição de escravidão.

Locke, na verdade, é uma referência presente na obra de Raynal, citada abundantemente pelos conjurados de Minas em suas discussões. As principais idéias de Raynal, por sua vez, confluem com os princípios de Locke e com os advogados pelos Inconfidentes. Segundo Raynal, a América Portuguesa poderia vir a ser uma das mais felizes colônias do globo se fossem executadas reformas que levassem a uma recolonização segundo os princípios da economia de mercado⁵². Raynal associava, efetivamente, a vexação dos impostos e o monopólio à pobreza do Brasil, uma terra potencialmente bela⁵³. Dizia também que era justo voltar-se contra um soberano, fosse ele despótico ou não; que os governos não eram imutáveis; que os povos da América deviam cultuar a pátria; que a América era rica, mas que a Europa a devastava. Ao mesmo tempo, ensinava que o problema dos impostos tinha estimulado os norte-americanos, numa colônia rica e já madura, a se rebelarem, recusando-se a ser escravos de outro povo, e que o apoio da França

⁵² RAYNAL, 1820., tomo 5, p. 158-160 e RAYNAL, 1993, p. 77.

⁵³ RAYNAL, 1820, tomo 5, p. 132-133, 135-136 e 140-142.

fora essencial para o sucesso⁵⁴. Exceto no que diz respeito às questões tributárias, ao monopólio, à relação estreita entre liberdade e propriedade (bem como sua negação, a escravidão) e, ainda, aos acontecimentos da Independência das Treze Colônias (sobre os quais Locke, escrevendo antes, não teria obviamente como discorrer), há uma grande identidade entre o grande pensador inglês e Raynal. E há, entre este último e os Inconfidentes, notórias convergências. Primeiramente, é claro, o direito à insurgência contra a tirania. Em segundo lugar, a visão da América portuguesa como potencialmente rica, mas na realidade pobre, devido ao monopólio e aos tributos extorsivos; a idéia de que arrocho tributário pode gerar rebelião. Outro aspecto importante é a associação feita por Raynal entre a situação da América inglesa e a escravidão e, ainda, a sua independência, apoiada pela França, e a questão tributária. A partir disso, os Inconfidentes concluíram que, em Minas, o problema fiscal, materializado na Derrama, insista-se, poderia surtir os mesmos efeitos, despertando o ódio nos povos e tornando-os aliados da sedição e, por conseguinte, que era importante conquistar o apoio das “potências estrangeiras”⁵⁵. O apoio da França e da América inglesa foi, de fato, aventado pelos Inconfidentes, seja como possibilidade, seja como uma certeza, seja como um elemento de propaganda⁵⁶. Todos esses elementos explicam por que o padre Toledo, Freire de Andrada, Tiradentes, Alvarenga Peixoto e o padre Rolim consideraram “que o Abade Raynal tinha sido um escritor de grandes vistas”⁵⁷: em sua obra, ele explicava as origens e as possibilidades de uma rebelião, fazendo-o claramente em relação à América Inglesa; seus leitores em Minas, a partir do que ele mostrava a respeito da revolução norte-americana e, ainda, sobre os

⁵⁴ RAYNAL, 1993, p. 64-66, 113 e 117.

⁵⁵ ADIM, 1980, vol. 1, p. 213, vol. 5, p. 43, 112 e 203.

⁵⁶ A partir das impressões de Álvares Maciel sobre as posições de França e da Inglaterra em relação a uma possível rebelião no Brasil, Alvarenga Peixoto concluiu “conhecer a vontade com que as Cortes estrangeiras estavam de secundar os projetos do Rio de Janeiro”, que poderia rebelar-se (ADIM, 1980, vol. 5, p. 116).

⁵⁷ ADIM, 1980, vol. 5, p. 149-150 e 173.

entraves encontrados na América portuguesa, puderam apropriar-se da obra para fazer algo similar em sua própria localidade.

Raynal, contudo, não foi simplesmente macaqueado pelos conjurados de Minas. Tiradentes e outros inconfidentes exacerbavam o raciocínio de Raynal sobre a riqueza da América portuguesa, cruzando-o com a Independência dos Estados Unidos e depreendendo desse confronto melhores possibilidades para Minas Gerais. Se para Raynal a riqueza da América do Norte preparara a ruptura dos laços com a Inglaterra, para Tiradentes, em Minas, essas condições eram ainda melhores. Numa conversa com Vicente Vieira da Mota, Tiradentes “começou a exagerar a beleza, formosura e riqueza deste país de Minas Gerais, asseverando que era o melhor do mundo, porque tinha em si *ouro e diamantes, acrescentando que bem podia ser uma república livre e florente*; ao que lhe respondeu” Vicente: “‘Pois que? Assim como sucedeu com a América Inglesa?’ Ao que lhe tornou o dito Alferes: — ‘Justamente. *E ainda melhor, pelas maiores comodidades que tem*’” (itálicos meus)⁵⁸. Assim, se a obra de Raynal trouxe subsídios para os Inconfidentes na luta contra o domínio colonial, alguns deles foram leitores inventivos a ponto de buscarem as especificidades de Minas e de apropriarem-se das idéias usando-as para criticar e intervir na realidade histórica imediata em que viviam, postulando a possibilidade de um levante contra o domínio metropolitano e a instalação de uma “república”. O livro de Raynal, assim, reforçava e ampliava a compreensão que os Inconfidentes tinham acerca de sua situação e de Minas, fazendo o mesmo em relação às suas estratégias de luta.

Montesquieu não é citado pelos Inconfidentes, mas suas críticas ao despotismo e sua defesa da propriedade podem ser vistas na própria prática de insurgência dos Inconfidentes contra um governo despótico e em defesa da liberdade. Essa apropriação de Montesquieu é

⁵⁸ADIM, 1980, vol. 1, p. 156 (grifos nossos).

mera conjectura, porém pode ser reforçada pelo fato de *Do Espírito das Leis* figurar na biblioteca do Cônego Vieira da Silva. À conclusão similar, leva o raciocínio subjacente a uma idéia cogitada pelo mesmo cônego⁵⁹ e também, de certo modo, por Alvarenga Peixoto quando já se encontrava preso, em seu poema “Invisíveis vapores”: a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (nos termos exatos de Peixoto, o convite à Dona Maria I para que viesse ser coroada no Rio de Janeiro)⁶⁰. Tal idéia traduz um princípio encontrado na obra de Montesquieu: aquele segundo o qual um Estado deve desejar que o soberano nele se fixe, como garantia para que os rendimentos públicos sejam bem administrados, de que o dinheiro não saia para enriquecer outro país⁶¹. É certo, todavia, que para tal idéia contribuíram muito as apropriações de livros de histórias de Portugal, como se mostrará à frente.

A saída de riqueza para fora foi objeto contra o qual se bateu explicitamente Tiradentes, ao apropriar-se de um sermão do padre Antônio Vieira, pronunciado aos 02 de julho de 1640, em homenagem ao Marquês de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas, que então chegava à Bahia como Vice-Rei⁶². Tiradentes amalgamou-o às críticas feitas por Raynal e possivelmente à sua própria percepção imediata, expressando a mais aguda consciência contra o colonialismo. Segundo o alferes, “era pena, que uns países tão ricos como estes [isto é, as capitanias da América Portuguesa] estivessem reduzidos à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a substância, e os exmos. Generais de três em três anos traziam uma quadrilha, a que chamavam criados, que depois

⁵⁹ ADIM, *op. cit.*, vol. 1, p. 158

⁶⁰ “Se o Rio de Janeiro/ Só a glória de ver-vos merecesse,/ Já era vosso o Mundo Novo inteiro [...]/ Vinde ver o Brasil, que vos adora [...]/ A mãos seguras, vinde descansada:/ De que servem dous grandes Vasconcelos?/ Vinde a ser coroada/ Sobre a América toda, que protesta/ Jurar nas vossas mãos a lei sagrada” (PEIXOTO, 1996, p. 986).

⁶¹ MONTESQUIEU, 2004, p. 506.

⁶² CIDADE, 1985, p. 22.

de comerem a honra, a fazenda, e os ofícios, que deviam ser dos habitantes, se iam rindo deles para Portugal”⁶³. Em acréscimo, classificava a ação dos governadores como “despotismos”⁶⁴ e dizia que era preciso Restaurar. No supracitado sermão, o padre Vieira falava em tributos que tiravam para Portugal o que dava o Brasil e em ministros-governadores que, de três em três anos, desembarcavam nos domínios ultramarinos e que, como “nuvens”, “chupavam” a riqueza destes, uma terra que então estava pobre, carreando-a para Lisboa e Madrid⁶⁵. Finalizando, Vieira dizia: “desta vez se há de restaurar o Brasil”; em outros termos, tudo “o que der a Bahia para a Bahia há de ser: tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil se há de gastar”⁶⁶. O Tiradentes, como se pode notar, repetia os mesmos elementos: falava em governadores, em período de três anos, em riqueza chupada e, ainda, em restaurar! Substituía apenas “nuvens” por “esponja”; acrescentava “quadrilha” e “criados” aos governadores e, ainda, pensava numa riqueza que seria natural se não houvesse a espoliação colonial. As similitudes com o sermão de Vieira permitem-nos afirmar que o mesmo inspirou o alferes. Mas há elementos novos, não presentes no sermão: Vieira diz que o Brasil está pobre e que os ministros-governadores tiram a riqueza da pobreza, enquanto Tiradentes afirmava que as capitanias eram ricas, mas se encontravam depauperadas por causa dos governadores e seus criados. Raynal, como vimos, associava a pobreza do Brasil, potencialmente rico, à vexação dos impostos e ao monopólio⁶⁷. Logo, uma chave para a defasagem entre o texto de Vieira e a fala de Tiradentes, para a atribuição de um sentido anti-colonial a um sermão que, na origem, era uma crítica puramente administrativa, pode encontrar-se em Raynal. Outra chave é a própria constatação por

⁶³ ADIM, 1980, vol. 5, p. 117.

⁶⁴ ADIM, 1980, vol. 1, p. 200-201.

⁶⁵ VIEIRA, 1938, p. 156-157.

⁶⁶ VIEIRA, 1938, p. 158.

⁶⁷ RAYNAL, 1820, tomo 5, p. 132-133, 135-136 e 140-142.

Tiradentes, em sua experiência imediata, da riqueza de Minas, algo por ele salientado em vários momentos. A economia mineira, de fato, diversificava-se e dava sinais de auto-suficiência e riqueza, malgrado a decadência do ouro⁶⁸.

Os Inconfidentes e a idéia de República

A idéia de *república* empregada pelos Inconfidentes é outro elemento cujas origens intelectuais e políticas precisam ser analisadas. À época, o termo república possuía diferentes sentidos, podendo significar uma forma de governo, um “regime político” ou um tipo de “constituição política”⁶⁹. Numa vertente que reporta a Cícero, poderia significar toda forma de governo fundada no interesse coletivo, em conformidade com uma lei comum, único direito pelo qual uma comunidade afirma a sua justiça, distinta da anarquia e dos governos injustos⁷⁰. Essa compreensão circulava na cultura letrada portuguesa, e o termo poderia ser aplicado tanto ao regime monárquico como ao regime republicano de governo⁷¹. Poderia significar, além disso, regime de governo republicano, distinto da monarquia, de que eram exemplos Veneza e Holanda, exceções numa Europa dominada pelas monarquias absolutistas⁷², ou conforme estabeleceram Maquiavel e, depois, Montesquieu. Este último, ao discorrer sobre a república, apresenta elementos importantes. Afirma que seria da sua natureza ter um território pequeno, pois, em uma grande república,

⁶⁸ MAXWELL, 1985, p. 214.

⁶⁹ FALCON, 1994, p. 116.

⁷⁰ MATTEUCCI, 1997, p. 1107-9. Segundo Venturi, em meados do século XVIII, as idéias republicanas sobreviviam mais no plano dos costumes e da moral do que como força política, estimulando uma vontade de independência e virtude não satisfeitas pelos estados monárquicos, então preponderantes (VENTURI, 2003, p. 140).

⁷¹ Disso é exemplo o Conde da Ericeira, em sua obra *História do Portugal Restaurado* (ERICEIRA, 1945, vol. 1, p. 37). Na “República portuguesa”, não concebida como forma de governo republicana, o príncipe tinha poderes limitados pelo interesse comum da “conservação e liberdade” dessa mesma “república”, não podendo fazer tudo o que quisesse, como defendia Maquiavel.

⁷² FALCON, 1994, p. 115 e MELLO, 1995, p. 279.

existiriam grandes fortunas e, por isso, pouca moderação dos espíritos, ficando o bem comum sacrificado a mil considerações⁷³. Ao mesmo tempo, explica as ameaças que pairariam sobre umas e outras repúblicas: às pequenas, a de serem destruídas por uma força estrangeira; às grandes, a de corromperem-se por um “vício interno”⁷⁴. O mesmo pensador fala em “república federativa”, forma de governo pela qual diversos “agrupamentos políticos consentem em se tornar cidadãos de um Estado maior que desejam formar”, sendo uma “sociedade de sociedades”⁷⁵. República, ainda, poderia ser o que se experimentava então nas colônias inglesas, recém-independentes, aliando-se governo republicano à democracia representativa. No momento em que os Inconfidentes sonharam com a república, é importante sublinhar, a organização das 13 colônias da América Inglesa estava bastante distante de um modelo federativo plenamente constituído: entre 1776 e 1780, organizaram-se os primeiros governos estaduais e, entre 1785 e 1790, reconsideraram-se as constituições estaduais e reconstruiu-se o governo nacional⁷⁶. Logo, não havia no momento da Inconfidência Mineira um modelo federal plenamente constituído, como atesta o *Recueil*, em circulação entre os inconfidentes. O modelo americano de república era, portanto, de caráter regional.

A República enunciada pelos Inconfidentes, compreendida a partir dos trechos em os mesmos empregam a palavra, não é sempre sinônimo de governo republicano, muito menos de governo representativo e, menos ainda (aliás, nunca), democrático. Cabe pensar-se na possibilidade de tomar o termo no sentido que vem de Cícero, como governo fundado no interesse comum. Se em alguns outros trechos de depoimentos, fica patente que se

⁷³ MONTESQUIEU, 2004, p. 135.

⁷⁴ MONTESQUIEU, 2004, p. 141.

⁷⁵ MONTESQUIEU, 2004, p. 141.

⁷⁶ BAYLIN, 2003, p. 38-39.

tratava de um governo republicano, em outros, isso não se dá. No sentido de governo republicano, nota-se que as instituições políticas mestras seriam os denominados “parlamentos”, capitaneados por um “parlamento” principal. Como seriam compostos tais parlamentos? Nada se diz a este respeito. Pode-se presumir que eles seriam a materialização da participação no governo almejada pelos Inconfidentes e, ainda, que os mesmos expressariam o consentimento dos governados (ou de parte deles) em relação aos governantes. A descrição sucinta feita dos mesmos permite cogitar, ademais, que tais parlamentos teriam semelhanças com as câmaras das vilas existentes sob o domínio colonial português, do que se poderia deduzir que a representação seria restrita à parte do corpo social. A República dos Inconfidentes Mineiros pouco inovaria em termos das estruturas de poder existentes na Colônia, exceto pelo fato de que tais parlamentos seriam o fundamento da futura ordem política e, nessas condições, não estariam sujeitos, como as câmaras das vilas coloniais, à tutela dos príncipes. Outro aspecto a ser considerado é a dimensão territorial do novo governo. Associando-se a idéia de parlamentos-parlamento central e a geografia dos sonhos dos inconfidentes (isto é, a referência básica ao território da capitania de Minas Gerais, com possíveis associações de São Paulo e Rio de Janeiro), deduz-se que se tratava de uma república regional, com uma dimensão territorial menor que o conjunto da América portuguesa, em conformidade com os modelos teóricos e históricos coevos aos Inconfidentes. Registre-se, contudo, que a idéia de “república” não trouxe a idéia de democracia representativa, observada nos Estados Unidos da América, e conviveu, no conjunto das falas dos Inconfidentes, com manifestações de apoio a uma organização monárquica que levasse a uma modificação na relação entre Portugal e sua América, com esta se tornando o centro da monarquia, idéia esta manifestada pelo cônego Vieira da Silva e por Alvarenga Peixoto, ambos defensores da presença de algum membro da casa de

Bragança na colônia, ainda que o último tenha levantado essa idéia quando se encontrava na prisão⁷⁷. De tudo isso, conclui-se que a utopia dos Inconfidentes padecia de uma certa indefinição no que se refere ao seu conteúdo político: fora o fato de que queriam exercer o poder e de que o governo deveria basear-se no consentimento (ao menos de parte dos governados, ou seja, deles próprios, os Inconfidentes), fica difícil precisar o que exatamente queriam, ainda que a idéia de república fosse a mais evidente, que a monarquia fosse uma possibilidade e que a democracia jamais tenha sido defendida. Talvez república significasse, como conjectura Falcon e endossa Anastasia, a “palavra mais à mão de que se dispunha para se dizer simplesmente ‘liberdade’”, ou melhor “libertação”, no sentido de separação, autonomia e ruptura⁷⁸. Como os termos dos depoimentos foram filtrados pelos juízes, de acordo com os sentidos que os mesmos lhes atribuíam, e, ainda, que então, na perspectiva das autoridades, “república” era “sinônimo de desordem e de anarquia”, que para Martinho de Mello e Castro, o poderoso ministro de Dona Maria I, os termos republicano, maçom e jacobino tinham o mesmo significado⁷⁹, é bastante crível que a “república”, para os Inconfidentes, representasse apenas libertação.

A Inconfidência de 1788-9, os motins e as Inconfidências anteriores

Entre as motivações e o ritual, de um lado, da Conjuração mineira de 1788-9 e, de outro, de alguns motins e das Inconfidências ocorridos anteriormente em pontos isolados da capitania e protagonizados por potentados e pela “gente miúda”, movimentos estes

⁷⁷ O mesmo Alvarenga, no dia do batizado do seus filhos, em São José del Rei, embriagado, disse querer ser Rei na nova ordem, do que se presume que não fosse tão refratário às instituições monárquicas (ADIM, 1980, vol. 1, p. 191).

⁷⁸ FALCON, 1994, p. 131.

⁷⁹ ANASTASIA, 1994, p. 149.

abordados neste livro, evidenciam-se algumas similitudes. Segundo o padre Carlos Toledo, o abade Raynal ensinava “o modo de se fazerem os levantes”⁸⁰. Tal modo consistia em cortar a “cabeça do Governador e fazendo uma fala ao povo e repetida por um sujeito erudito”⁸¹. Os conjurados, como se explicou em texto anterior deste livro, inicialmente defenderam que Tiradentes matasse o Visconde de Barbacena em Cachoeira do Campo, trazendo sua cabeça à Vila Rica para mostrá-la ao povo, dando vivas à República, ao que sucederia uma fala de Freire de Andrada anunciando ao povo a felicidade. Tal idéia foi abandonada, ficando definido que Tiradentes levaria o governador para fora de Minas e lhe diria que já não se precisava de governadores. Em termos de motivações, a Inconfidência traduzia uma ambição de poder e de manutenção e ampliação da riqueza (e, por conseguinte, das propriedades), envolvendo uma oposição às vexações fiscais e ao monopólio comercial. Vejamos, então, os motivos e os rituais dos motins e das Inconfidências.

Os motins, em grande parte, tiveram motivos heterogêneos, envolvendo a oposição a um ou mais dos seguintes elementos: tributação, problemas de abastecimento de alimentos e ações das autoridades. Em alguns casos, os conflitos entre as autoridades estiveram na raiz dos motins. Alguns levantes buscavam apenas a restauração de um equilíbrio na relação com as autoridades, ocorrendo dentro das “regras do jogo colonial”, enquanto outros, pelo contrário, implicaram um desrespeito à soberania régia, recusada e afrontada por potentados quando se tentou estabelecê-la em suas localidades de ação⁸². Um exemplo de motim deste último tipo é a sedição do sertão do rio São Francisco, ocorrida em

⁸⁰ ROUANET, 1992, p. 336.

⁸¹ ADIM, 1980, vol. 5, p. 149-150.

⁸² ANASTASIA, 1998, p. 42-43.

1736⁸³, que se voltou contra as autoridades reais e a capitação⁸⁴. Em termos de rituais, neles se viam manifestações da população na rua, com arruaças, vivas à liberdade e a referência a apoios externos. Se esses rituais e motivos dos motins mineiros da primeira metade do século XVIII guardam semelhanças com o que se veria depois em 1788-9 (razões fiscais, conflito de autoridades vivas à liberdade etc.), devem-se registrar as diferenças sensíveis existentes. Na Inconfidência Mineira, as motivações, vistas freqüentemente isoladas nos motins, apareceram reunidas, exceto a relativa ao abastecimento alimentar, completamente ausente em 1788-9 e o combate ao monopólio comercial, não visível nos motins. Além disso, os Inconfidentes provinham das diferentes comarcas de Minas Gerais, o que dava um caráter espacialmente mais amplo ao movimento, sem contar as conexões que alimentavam ter com o Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto os motins não alcançaram jamais esta dimensão territorial. Os Inconfidentes, ademais, visavam uma clara ruptura com o governo metropolitano e com o estatuto colonial, objetivo não visto nos motins, mesmo nos que afrontavam a soberania real. O perfil dos Inconfidentes também dava ao movimento singularidade: figuravam, entre eles, pessoas das mais destacadas, na Capitania, na fortuna, nas letras, nas armas e na administração civil e eclesiástica. Por fim, os motins, como a própria denominação sugere, implicaram manifestações concretas de violência, o que não se deu com a Inconfidência, uma conspiração abortada, não materializada em rebelião (por causa da repressão que se lhe abateu).

.As Inconfidências da segunda metade do século XVIII, ocorridas em locais isolados da capitania, assemelham-se à Inconfidência Mineira, primeiramente, pelo fato de terem como uma motivação comum: os atritos com autoridades de determinadas

⁸³ FIGUEIREDO, 1999.

⁸⁴ FIGUEIREDO, 1999, p. 134.

localidades da capitania e, por conseguinte, com aqueles que eram seus respectivos aliados. Com isso, formavam-se grupos rivais, chamados à época de “partidos”, e que constituíam verdadeiras “redes clientelares”⁸⁵, isto é, reuniam pessoas ligadas entre si por interesses políticos, sociais e econômicos, pressupondo uma dependência mútua e uma hierarquia, que, muitas vezes, tinha seu vértice em Lisboa. Outro motivo das Inconfidências anteriores a 1788-9 foram as ações governamentais do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e de El-Rei Dom José I – com destaque para a expulsão dos jesuítas, o suplício dos Távoras e o degredo de José de Seabra Silva – motivos de desconforto dos inconfidentes e que os levaram a classificarem o rei e seu ministro como tirânicos. Logo, a insatisfação com medidas governamentais lisboetas foi um dos motivos das Inconfidências, ocorrendo o mesmo com os conjurados de 1788-9. A adjetivação do rei e de Pombal como “tirânicos”, além disso, guarda claras similitudes com o que Gonzaga fez nas *Cartas Chilenas* com Cunha Menezes (tomado como “tirano”) e com o modo como Tiradentes classificava a ação dos governadores (“despotismos”). Curiosamente, não se vê esse tipo de classificação sendo aplicada à Dona Maria I, em 1788-9. E aqui começam as diferenças: se a Rainha foi poupada, sua soberania tornou-se objeto de uma tentativa de rebelião que alcançaria a capitania como um todo, com ramificações no Rio de Janeiro e em São Paulo, coisa não vista nas Inconfidências anteriores, que não se traduziram em tentativa de rebelião nem tinham essas dimensões espaciais (nem mesmo a de Sabará, que almejava auxiliar José de Seabra Silva a libertar-se na África). Pasquins, ademais, foram o centro das Inconfidências, enquanto em 1788-9 a comunicação oral foi a base do movimento, aliando-se à discussão literária. Os Inconfidentes de Minas Gerais de 1788-1789, além disso, falaram explicitamente em *República* e em ruptura dos laços com a mãe-pátria (ainda que

⁸⁵ Veja, sobre o assunto: FURTADO, 1999, p. 69 e segs.

guardassem uma ambigüidade em relação à tal posição). Isso não se vislumbra verdadeiramente em nenhum motim ou Inconfidência, que, no máximo, afrontaram o rei, mas não propuseram a separação da América ou de parte dela do resto do império português. Nos motins e nas Inconfidências, em suma, o mais importante para o entendimento da Inconfidência mineira não se encontra em possíveis similitudes em termos de motivos, rituais e, mesmo, projetos em si mesmos: o ponto central está nas bases teóricas e nas tradições comuns que alimentaram para todo este conjunto de movimentos e que remetem àquelas teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica aqui mencionadas, bases de uma certa cultura política que estabelecia, de um lado, direitos aos povos e, de outro, limites ao poder real e ao de seus prepostos, todos eles classificados como tiranos quando deixavam de visar ao bem comum ou usurpavam os direitos dos vassallos. As teorias corporativas de poder, com efeito, fizeram-se presentes de modo implícito nos discursos e práticas dos Inconfidentes. Encontram-se subjacentes ao sermão do padre Antônio Vieira apropriado por Tiradentes, no qual o grande sacerdote luso-brasileiro define, como fins a serem observados pelos governantes, o bem comum e a distribuição justa de prêmios e castigos. Vêem-se também na postura dos Inconfidentes de insurgir-se contra o poder instituído na capitania, classificado como tirânico por Gonzaga, nas *Cartas Chilenas*, e como despótico, por Tiradentes. Não se percebe, contudo, a apropriação das teorias corporativas de poder via citação dos seus grandes próceres, como Luis de Molina, Francisco de Vitoria ou Suárez. As concepções corporativas, além dos exemplos mencionados, emanam de interpretações e/ ou textos históricos sobre a Restauração portuguesa de 1640.

Inconfidência, Restauração Portuguesa de 1640 e cultura política neoescolástica

Alguns Inconfidentes, ao discorrerem “sobre o modo de se fazerem os levantes”, explicaram que era “cortando a cabeça do Governador” e disseram que isso estava na obra de Raynal. Nesta última, na parte sobre a Independência da América Inglesa, não há nenhuma referência que lembre a idéia. Porém, no tomo referente à América Portuguesa, encontra-se uma narrativa que parece ser a citada pelos Inconfidentes. Logo após transcrever um sermão do padre Antônio Vieira e saudar com entusiasmo a Restauração Portuguesa de 1640, Raynal rapidamente descreve o domínio filipino e narra como os portugueses se libertaram do jugo espanhol: uma conspiração preparada durante três anos proscreveu Filipe IV, levou ao poder o Duque de Bragança, espalhou-se de Lisboa para o Reino e para as Colônias, tudo isto sem que corresse uma gota de sangue sequer, com exceção de Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado, “instrumento da tirania”⁸⁶. Esse acontecimento, narrado de forma brevíssima por Raynal, é relatado com mais detalhes em outros livros de história em circulação em Portugal e seus domínios no final do século XVIII. Em *História de Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, a Restauração é classificada como um movimento através do qual as gentes portuguesas, oprimidas por um governo tirânico que desrespeitava o pacto primeiro estabelecido por Felipe II de Espanha, vexadas por excessos tributários, restituíram a Coroa ao seu herdeiro legítimo, o Duque de Bragança, El-Rei D. João IV⁸⁷. A morte de Miguel de Vasconcelos é apresentada como recurso para incitar o povo e como castigo por seus serviços ao domínio espanhol; ela é cercada por gritos em defesa da liberdade e em aclamação a D. João IV;

⁸⁶ RAYNAL, 1820, vol. 5, p. 47.

⁸⁷ ERICEIRA, 1945, vol. 2, p. 37-38, 41-42, 48, 52 e 66.

Vasconcelos é, ainda, lançado à fúria da multidão⁸⁸. Na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. Antônio Caetano de SOUZA, obra existente na biblioteca do cônego Inconfidente Luís Vieira da Silva⁸⁹, e no livro *História Geral de Portugal*, de Nicolas de La Clède, do qual o mesmo cônego Vieira possuía um tomo, sem que se possa precisar qual, o modo de fazer a Restauração é contado mais ou menos da mesma forma e parece bem próximo daquele vislumbrado pelo padre Toledo na obra do abade Raynal. Essa narrativa, ademais, converge com aquilo que os Inconfidentes cogitaram e, depois, desistiram de fazer: morto o governador, Tiradentes exibiria sua cabeça ao povo e, então, Freire de Andrada anunciaria a felicidade. Na narrativa histórica contida nos livros portugueses, vê-se claramente a influência das teorias corporativas de poder, relacionando resistência à tirania e Restauração. Essa interpretação histórica, integrada à cultura política vigente, foi apropriada pelo cônego Vieira da Silva, quando o mesmo formulou uma explicação para negar seu envolvimento na Inconfidência e refutar a possibilidade dessa, ao mesmo tempo em que elaborou uma teoria das revoluções.

Numa inquirição que lhe foi feita no Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras, em 1789, quando interrogado sobre sua posição favorável a respeito da revolta dos norte-americanos, depois de algumas tergiversações, o Cônego afirmou que a rebelião tinha uma causa, a opressão, a qual inexistia nas Gerais. Questionado sobre a inexistência de diferenças entre os povos rebelados da América do norte e os mineiros, Vieira, dizendo não acreditar no “maravilhoso”, afirmou que para os povos rebelarem-se eram necessários “fatos de presente”. Os povos poderiam, assim, rebelar-se por diferentes causas, mas, em Minas Gerais, dizia ele, o problema dos impostos, motivo da sedição dos norte-americanos,

⁸⁸ ERICEIRA, 1945, vol. 1, p. 118-121.

⁸⁹ SOUZA, 1949, tomo VII, p. 48.

inexistiria, pois o Visconde de Barbacena noticiara que só faria a derrama depois de ouvir Sua Majestade⁹⁰. Logo não haveria por que se rebelar. Contraditado nas suas respostas pelo inquiridor, o cônego, então, expôs uma teoria geral sobre as condições que tornariam exeqüível uma rebelião, chegando até ela a partir de um exemplo concreto: a Restauração Portuguesa de 1640, por ele classificada como “uma causa tão justa, e tanto da vontade dos povos”. Com isso, pretendia mostrar – enganando o inquiridor – que em Minas Gerais era impossível pensar em sedição e que ele não poderia cogitar em realizá-la. Mas, na medida em que o cônego classificou uma rebelião como justa, pode-se presumir que para ele os povos teriam o direito de resistir aos governantes que os oprimiam, justificando-se, portanto, a Inconfidência – e aqui se vê claramente como sua leitura da Restauração ecoava as máximas escolásticas por ele encontradas nos livros sobre o tema.

Do exemplo concreto da Restauração portuguesa, protagonizada por Dom João IV, porém, o cônego concluiu que só era possível pensar em rebelar-se se houvesse condições para tanto – isto é, gerais, armas, alianças, soldados – ou se fosse mais perigoso manter-se na sujeição. Uma rebelião, portanto, podia ser uma causa justa, mas, para realizá-la, era preciso reunir condições objetivas. Nesse ponto, porém, Vieira da Silva recuou e, esforçando para safar-se dos inquiridores, negou a existência dessas condições em Minas Gerais, alegando que “tudo isso faltava” (justamente ele, que, conforme consta em depoimentos examinados em texto anterior, estava a cuidar dessas condições). Disse, igualmente, que obedecer aos superiores e pagar tributos, objetivos atribuídos à Conjuração, não poderiam ser motivos de uma rebelião, já que eram condições inerentes à existência de um governo. Analisando seu depoimento no conjunto, enfim, percebe-se que Vieira da Silva compara três situações distintas: de um lado, a própria Conjuração das

⁹⁰ ADIM, 1980, vol. 5, p. 246-248.

Gerais, algo por ele vivido e, de outro, a Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte e a Restauração Portuguesa de 1640. O cônego as decompõe e, depois, chega a uma idéia geral sobre a ocorrência das rebeliões, engenhosamente atingindo a conclusão de que seria impensável uma rebelião em Minas. Nas entrelinhas, porém, há a afirmação do princípio Escolástico e Ilustrado que consagrava o direito à rebelião e, ao mesmo tempo, a expressão do lugar estratégico ocupado pela derrama na realização do levante. Há, igualmente, um esforço de reunir num conjunto os dois modelos apropriados pelos Inconfidentes: a Revolução Americana e a Restauração. Há também, se for considerado o que o Inconfidente nega no depoimento e o que se vê no conjunto dos autos, outra congruência: obedecer e pagar tributos eram, de fato, aos olhos dos Inconfidentes, problemas; eles, ademais, cuidavam das condições necessárias para rebelar-se, pensando em homens, armas, pólvora, recursos e estratégias militares para combates. Assim, a Inconfidência Mineira foi tributária das Luzes e também das idéias da Segunda Escolástica encontradas na historiografia lusitana sobre a Restauração de 1640 e/ ou calcada na leitura dos livros portugueses e estrangeiros sobre este movimento, congruentes com a cultura política vigente. Vieira da Silva sintetizava essas tendências, amalgamando as interpretações sobre a Revolução Americana e a Restauração Portuguesa, os princípios da Segunda Escolástica e as Luzes, na análise das condições históricas de Minas e na formulação de estratégias de rebelião.

Juntar as peças do mosaico Inconfidente, é importante frisar, não implica desconsiderar a existência de contradições. As próprias posições do cônego Luís Vieira da Silva não eram isentas de ambigüidades. Ele defendia a vinda da Corte para a América, mas esboçava idéias que a contradiziam. Num diálogo mantido com Basílio de Brito Malheiros, um dos denunciante da conjuração, Vieira da Silva, em primeiro lugar, expôs sua crença

no direito dos naturais da América constituírem um governo próprio, uma república, e, por conseguinte, de libertarem-se do jugo da Coroa Portuguesa, dizendo que “um príncipe europeu não podia ter nada com a América que é um país livre” e considerando o Tiradentes “homem animoso e que, se houvesse muitos como ele”, o Brasil seria “uma república florente”⁹¹. Por outro lado, a partir da história pregressa da Colônia, Luís Vieira questionou os direitos da Coroa portuguesa e, ao mesmo tempo, reforçou a capacidade e a luta dos naturais da América contra a dominação de outros povos, do que se deduzia que possuíam um histórico que alicerçava e legitimava a realização de um levante contra o domínio português: a expulsão dos holandeses, em Pernambuco, e a compra da liberdade aos corsários franceses que invadiram o Rio de Janeiro em 1711, chefiados pelo corsário Duguay-Trouin”⁹². Essa idéia de que nada se devia à Coroa, frise-se, não era nenhuma novidade nas revoltas de Minas Gerais: no Sertão do São Francisco, em 1736, os amotinados diziam que “as Minas foram descobertas, conquistadas e povoadas pelo Povo, sem socorro, nem despesa de Sua Majestade, que se devia contentar com a pequena parte do quinto”⁹³. Traduzia possivelmente uma cultura política que condicionava a sujeição ao soberano às benesses que o mesmo pudesse conceder. Talvez essa interpretação elimine a ambigüidade aventada: estabelecendo-se na Colônia, o soberano quitaria suas dívidas e faria juz à mesma.

A inventividade dos Inconfidentes, em suma, foi longe a ponto de levá-los a constituir um mosaico na sua leitura da realidade da capitania e na formulação das estratégias de rebelião e do projeto de uma nova ordem. Amalgamando tendências literárias diversas à sua própria experiência, os Inconfidentes apropriaram-se da Revolução

⁹¹ ADIM, 1980, vol. 1, p. 102. Veja também: ADIM, 1980, vol. 5, p. 264.

⁹² ADIM, 1980, vol. 5, p. 264.

⁹³ Martinho de Mendonça. Apud. FIGUEIREDO, 1999, p. 135.

Americana, da Restauração Portuguesa de 1640, das Luzes e da Escolástica, da cultura política embasada nesta última e que se expressara nos motins da primeira metade do século XVIII e nas Inconfidências ocorridas na capitania antes de 1788-89. Eles ora exibiram o ideal de constituição de um Império Luso-Brasileiro com sede na América, preservando a unidade da nação portuguesa; ora falaram (e com muito mais freqüência e bocas) numa República instalada num território menor que o do conjunto das possessões portuguesas no Novo Mundo, restrito às Minas ou, no máximo, às capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Caso a Conspiração alcançasse sucesso, os Inconfidentes teriam que resolver essas contradições, quer limitando-se ao combate à tirania, quer, mudando radicalmente de orientação, reforçando seu viés anti-colonial e definindo com clareza sua proposta republicana. De qualquer forma, esta república, aos olhos deles, representava libertação.

Um paralelo: a Revolução Americana

A Revolução Americana, na esteira da leitura da obra do Padre Raynal, serviu-lhes como um exemplo. Uma discussão literária travada na casa de Cláudio Manuel ou de Gonzaga ajuda a pensar, de um lado, algo mais sobre as origens intelectuais da Inconfidência e, de outro, sobre como os conjurados lidaram com o modelo norte-americano. Na citada reunião, segundo Alvarenga Peixoto, examinaram-se “umas bandeiras, que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier tinha ideado para servirem na nova premeditada República, que eram três triângulos enlaçados em comemoração da Santíssima

Trindade”⁹⁴. Então, Cláudio Manuel se lembrou “das bandeiras da República Americana Inglesa, que era um gênio da América, quebrando as cadeias com a inscrição — *Libertas aquo Spiritus* — e que podia servir à mesma”⁹⁵. Divergindo da sugestão, Alvarenga Peixoto “disse que seria pobreza” o uso dessa inscrição, tendo, então, Cláudio replicado que “podia servir a letra — *Aut libertas, aut nihil*”⁹⁶, que parece ser uma modificação de um dito latino: *Aut Caesar, aut nihil*, “Ou César, ou nada”. Alvarenga, no entanto, apresentou aquilo que pareceu agradar aos demais: “se lembrou do versinho de Virgílio — *Libertas quae sera tamen* — que ele achou, e todos os que estavam presentes, muito bonito”⁹⁷. “Liberdade ainda que tardia”, portanto, tornou-se o verso a ser inscrito na bandeira dos Inconfidentes, derrotando outras inscrições latinas, inclusive a presente numa bandeira da América Inglesa, o modelo dos conjurados. Essa escolha, referida à nascente república norte-americana, traduz a expectativa política guardada pelos conjurados no sentido de romper os grilhões que atrelavam Minas a Portugal. Revela, ainda, que, se os Estados Unidos eram objeto de boemia literária e fonte de inspiração quanto ao devir das Gerais, os Inconfidentes não guardavam a expectativa de copiá-los: como agentes históricos, refutavam a “pobreza” da imitação, obrando no sentido de deixar suas próprias marcas.

Como os norte-americanos⁹⁸, as fontes intelectuais dos Inconfidentes, na verdade, foram ecléticas. E delas eles se valeram com muita liberdade: exerceram o papel inventivo de leitores que eram, apropriando as idéias em conformidade com seus interesses, sua cultura política, seu tempo e seu lugar. Não tiveram a riqueza e a diversificação dos autores citados pelos norte-americanos. Da Antigüidade Clássica, de modo ornamental como na

⁹⁴ ADIM, 1980, vol. 5, p. 122.

⁹⁵ ADIM, 1980, vol. 5, p. 122.

⁹⁶ ADIM, 1980, vol. 5, p. 122.

⁹⁷ ADIM, 1980, vol. 5, p. 122.

⁹⁸ BAYLYN, 2003, p. 39.

América se deu com os textos greco-latinos⁹⁹, apropriaram-se de Virgílio. Beberam também das Luzes, representadas por Montesquieu (certamente na defesa da propriedade e no combate ao despotismo), mas sobretudo por Raynal, ausente entre os norte-americanos; já Voltaire, profusamente citado pelos revolucionários americanos, embora referência do poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, e autor presente nas bibliotecas de alguns conjurados, não aparece nas falas dos Inconfidentes. Se nos panfletos lançados pelos revolucionários na América Inglesa, citava-se Locke a propósito dos direitos naturais e do contrato social¹⁰⁰, em Minas, nos discursos, sobretudo de Tiradentes, havia uma grande convergência com alguns princípios do referido autor, associando-se liberdade e propriedade e, inversamente, a falta da primeira à escravidão (e isso tudo sem que os Inconfidentes tivessem lido diretamente escritos do mesmo pensador). Se os americanos ingleses apelaram para o direito consuetudinário inglês, para as teorias políticas e sociais do puritanismo da Nova Inglaterra, para o pensamento político e social radical da guerra civil inglesa¹⁰¹, os Inconfidentes operaram de modo análogo com as tradições culturais ibero-americanas, buscando socorro nas idéias da Segunda Escolástica, em escritos do Padre Antônio Vieira, em livros sobre a Restauração portuguesa e na cultura política constituída por esses elementos e expressas nos motins e Inconfidências ocorridos antes na capitania. O Iluminismo, tal como sucedeu com o pensamento revolucionário norte-americano, embora importante¹⁰², também não foi dominante em Minas. De modo análogo ao que se verificou

⁹⁹ BAYLIN, 2003, p. 42-43.

¹⁰⁰ BAYLIN, 2003, p. 45. João Pinto Furtado, em relação à idéia de república entre os Inconfidentes, afirma: “muito mais da inspiração de Montesquieu do que da de John Locke” (FURTADO, 2002, p. 21).

¹⁰¹ BAYLIN, 2003, p. 48-52.

¹⁰² BAYLIN, 2003, p. 47.

na América Inglesa¹⁰³ (mas não idêntico, uma vez que as condições políticas eram radicalmente distintas), os Inconfidentes se voltavam pelo retorno à liberdade política anterior: aquela desfrutada antes da ascensão de Dona Maria I, de forma a participar do governo, manter e ampliar sua riqueza mediante esta participação. O exemplo norte-americano, contudo, deve ter-lhes suscitado logo de cara a idéia de ir além de uma simples volta ao passado. Com isso, diferenciavam-se dos norte-americanos, seja almejando ver a América como sede da monarquia bragantina, seja de uma república em Minas, com ramificações em São Paulo e no Rio de Janeiro

Conclusão

Os Conspiradores de 1788-9 estavam atentos às transformações que ocorriam em Minas Gerais, cuja economia dava sinais de diversificação, auto-suficiência e riqueza. Ao mesmo tempo, encontravam-se perturbados com as alterações da política colonial metropolitana, que implicava a perdas de postos, de posições lucrativas e o empobrecimento, que, enfim, “chupava” a riqueza. Sua experiência política e literária marcava-se pela exemplaridade da história da Restauração Portuguesa e por uma cultura política que consagrava princípios das teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica (subjacentes aos motins, às Inconfidências anteriores, às interpretações sobre a Restauração de 1640 e a textos do Padre Antônio Vieira). Entusiasmaram-se com a Independência das Treze Colônias da América Inglesa, noticiada, sobretudo, pela obra de Raynal, pensador das Luzes que lhes serviu de referência, assim como, possivelmente, Montesquieu,

¹⁰³ Segundo Baylin, o objetivo primeiro da revolução americana foi “a preservação da liberdade política ameaçada pela aparente corrupção da constituição e o estabelecimento em princípio das condições vigentes de liberdade” (BAYLIN, 2003, p. 37).

principalmente no que se refere à crítica à tirania. Os Inconfidentes, ressalte-se, foram inventivos na apropriação que fizeram dos modelos políticos e intelectuais. Não se resumiram a imitá-los ou a aplicá-los, mas os ajustaram às suas condições e a seus interesses, sendo ecléticos, assim como os norte-americanos. Deram ao seu movimento um caráter anticolonial, inexistente nos motins e Inconfidências ocorridos anteriormente na Capitania, tentando impor à Coroa portuguesa uma nova equação política, que passava pela monarquia ou pela república. Instituições monárquicas e republicanas, ressalte-se, eram compatíveis com os anseios de poder e de riqueza dos Inconfidentes. A república por eles sonhada – cujo conteúdo é difícil de precisar, parecia estar entre Cícero e o modelo constituído pelo modelo norte-americano de então (sem o caráter democrático-representativo que o marcava e, até mesmo, o esboço federativo que então trazia) – era sinônimo de “libertação”, não sendo, nesse sentido, oposta à monarquia.

Referências:

Documentos impressos:

- [ADIM] AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. 10 v
- AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira: complementação documental. Ouro Preto: MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência, 2001, vol. 11.
- ERICEIRA, Conde [D. Luís de Menezes]. *História de Portugal restaurado*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1945, 4 vol.
- GONZAGA, Tomás Antônio. Cartas Chilenas. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.) *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 743-896.
- LA CLÈDE, Mr. [Nicolas de]. *Histoire générale de Portugal*. Paris: 1735. v. II.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MESNARIDIÈRE, Ivles de la. *La Poétique*. Paris: Antonie de Sommaville, 1639, tomo 1.
- MONTESQUIEU. *Cartas Persas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. Poesias. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.) *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 957-988.

RAYNAL, G. T. [Guillaume-Thomas François]. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes*. nouvelle édition, corrigée et augmentée d'après les manuscrits autographés de l'auteur... par M. Peuchet. Paris, Amable Costes et C.ie., 1820, tomo 5.

RAYNAL, Guillaume - Thomas François. *A revolução da América*. Trad. Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 75-76.

RAYNAL, Guillaume - Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Trad. Mônica F. Campos de Almeida e Flávia Roncari Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: Brasília: Editora UnB, 1998.

SOUZA, D. António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* [Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado]. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1949, vol. VII.

Delicioso jardim da Rhetorica, tripartido em elegantes estancias e adornado de toda a casta de Flores da Eloqüência ao qual se ajuntão os Opusculos de modo de compor, e amplificar as sentenças e da airosa collocação e estrutura das partes da oração. 2. ed. Lisboa: Officina de Manoel Coelho Amado, 1750.

VERTOT, L' Abbé. *Histoire des révolutions de Portugal par... continuée jusqu'au temps présent: enrichie de notes historiques et critiques, d'une table historique et chronologique des Rois de Portugal, et d'une description du BRÉSIL* par Louis de Boisselin, chevalier de Malthe. Londres: R. Juigné, 1809.

VIEIRA, Antônio. *Por Brasil e Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Bibliografia:

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Debate. *Seminário Tiradentes, Hoje: Imaginário e Política na República Brasileira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 145-152.

BAYLIN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, Edusc, 2003.

CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. 2 ed. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 292-294.

CIDADE, Hernâni. *Antônio Vieira*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França Revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

FALCON, Francisco José Calazans. Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço-tempo setecentista. *Acervo*, Rio de Janeiro 4 (1): 53-87, jan. jun. 1989.

FALCON, Francisco José Calazans. “O Imaginário Republicano do Século XVIII e Tiradentes”. *Seminário Tiradentes, Hoje: Imaginário e Política na República Brasileira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 101-138.

FIGUEIREDO, Luciano. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). *Oceanos*, Lisboa (40): 128-144, out./dez. 1999.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 76-128.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- GONÇALVES, Adolto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. Org. e notas de Antônio Cândido. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”, In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000; a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000, p. 127-175.
- JANCSÓ, István. A Sedução da Liberdade: Cotidiano e Contestação Política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387-437.
- LEITE, Paulo Gomes. A maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, (33): 20, jan. 1991.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Inconfidência Mineira. Brasil-Portugal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PÉCORA, Alcir. Prefácio: tópicos políticos dos escritos de Antônio Vieira. In: PÉCORA, Alcir (org.). *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. XI-XII.
- ROUANET, Sérgio Paulo. As minas Iluminadas: a Ilustração e a Inconfidência. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Laura de Mello e & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. 1680-1620: O Império deste mundo. *São Paulo: Companhia das Letras, 2000*.
- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. 2 vol.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: Edusc, 2003.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Liberdades imaginárias. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 319-341.
- XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 4.
- XAVIER, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde, & não aonde quér*”: razões da política no Portugal Seiscentista. Lisboa: Colibri, 1998.